

Dados científicos como argumento: o caso da redução de parceiros sexuais na prevenção ao HIV no Brasil

Scientific data as argument: The case of sexual partners reduction in HIV prevention in Brasil

Dolores Galindo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

doloresgalindo@ig.com.br

Resumen

El presente artículo pretende estudiar la utilización de datos científicos como argumento, en una discusión acaecida en Brasil en junio de 1999, sobre la legitimidad de la adopción oficial de una estrategia de prevención del SIDA. A lo largo del texto se busca *desfamiliarizar* una cierta *práctica argumentativa* común al área del SIDA, que consiste en utilizar una clasificación científica como principal criterio de legitimación de una medida de salud pública. Argumentamos, que es en el ámbito de las negociaciones que se dan entre las personas y en la movilización de los objetos, que la posibilidad de legitimidad de una medida de prevención es establecida, partiendo aquí de una postura constructorista dentro de la Psicología Social de la ciencia.

Palabras clave: practicas discursivas; ciencia y constructorismo social.

Abstract

This article discusses the use of scientific facts as argument for a 1999 Brazilian debate about the legitimacy of an official aids prevention policy. It seeks to *defamiliarized* a common aids *argumentative practice* which uses a classification of a scientific public health measure as a main legitimacy judgement. It is argued that it is peoples' negotiations and objects' mobilization that gives legitimacy to the implementation of a prevention strategy – according to a Social Psychology of science with a constructorist point of view.

Keywords: *argumentative practice; science y Psychology Social Constructorist.*

Neste artigo estudamos o uso de dados científicos, sobretudo dados epidemiológicos, como argumento de legitimização para adoção de medidas de prevenção em saúde coletiva. Para tal, utilizamos como estudo de caso uma discussão sobre a legitimidade da adoção oficial da redução de parceiros sexuais como uma estratégia de prevenção da aids ocorrida no Brasil em junho de 1999.

No contexto das políticas públicas¹ na área da saúde, os fatos científicos circulam como uma moeda corrente nas decisões tomadas. Como acontece com outros problemas de saúde pública, o conhecimento científico, sobretudo de natureza biomédica, assumiu um papel central na orientação dos demais discursos da área. É, em grande medida, a lógica da ciência que define os critérios usados para determinar as ações e os conhecimentos tidos como objetivos e legítimos (Patton, 1990).

O conhecimento científico frequentemente tem sido usado como o *fiel da balança*² no planejamento e justificação de medidas de prevenção da aids adotadas no contexto da saúde coletiva. A função de *fiel da balança* atribuída ao conhecimento científico quase nunca é questionada, exceto em situações críticas, das quais podemos destacar as recentes discussões envolvendo direitos reprodutivos de pessoas vivendo com HIV que vem sendo feitas no Brasil (Bonciani, 2001; Castro 2001).

Se de um lado pode-se, com segurança, afirmar que a crítica da ciência como saber soberano é uma característica da contemporaneidade, de outro, com a mesma ênfase, pode-se observar que a ciência segue sendo uma das mais sólidas instituições. Salientar o poder conferido ao discurso científico não significa negar a validade deste tipo de conhecimento, o que seria impróprio em se tratando de um problema de saúde pública que envolve a vida de muitas pessoas (Camargo-Júnior, 1995). Significa tomar o uso de dados científicos no contexto da aids como objeto de reflexão.

Visamos, ao longo do texto, atuar no sentido de *desfamiliarizar* uma certa prática argumentativa comum à área da aids que consiste em usar a classificação de uma medida de saúde pública como científica como principal critério de legitimação. Trata-se de *desfamiliarizar* porque dificilmente desconstruímos o que foi construído, outrossim, criamos espaço para novas construções que se amalgamam aos antigos repertórios numa espiral de resignificações contínuas. Os esforços de desfamiliarização pressupõem o abandono de crenças caras ao pensamento ocidental: dualidade sujeito-objeto, a concepção representacionista do conhecimento, retórica da verdade e a colocação do cérebro como instância produtora de conhecimento (Spink, MJ e Lima, 1999).

Defendemos que é no âmbito das negociações entre pessoas e mobilização de textos científicos entendidos como objetos que a legitimidade ou não de uma medida de prevenção é estabelecida. Portanto, este trabalho se insere no conjunto de pesquisas sobre práticas argumentativas no contexto da produção de fatos científicos, campo esse que tem crescido a partir dos anos noventa se caracterizando pela introdução de conceitos, métodos e problematizações característicos de uma Psicologia Social Crítica ao estudo da ciência (Íñiguez et al, 2002).

A relação entre dados científicos e ações em saúde pública não se resume à aplicação de conhecimentos acabados e legítimos em função de suas características intrínsecas. Outrossim, o uso de dados científicos para planejamento ou validação de medidas de saúde pública integra o processo de constituição dos próprios dados, uma vez que parte da legitimidade de tais conhecimentos reside na sua aplicabilidade. Os textos científicos ganham sentido como fontes de legitimação quando se inserem em práticas discursivas que correspondem aos momentos de uso ativo da linguagem nos

1 De acordo com Mattos (1999) uma política pública específica se caracteriza por seis traços: 1) um certo modo de conceber o problema; 2) uma forma de inter-relacionar um problema específico com os demais problemas públicos; 3) delineamento dos objetivos; 4) definição de posicionamentos éticos; 5) estabelecimento de linhas de ação e 6) divisão de responsabilidades.

2 O termo “fiel da balança” em seu sentido literal significa “haste, fio ou ponteiro que marca o perfeito equilíbrio da balança”.

quais convivem ordem e diversidade. Para evitar cair apenas na ênfase ao discursivo, nesse texto, nomeamos tais práticas como argumentativas o que inclui o aspecto discursivo, mas não se reduz a este.

Práticas argumentativas são linguagens em ação, maneiras por meio das quais as pessoas em situações de interlocução com outras produzem sentidos e se posicionam em relações sociais. Aliando-nos a uma perspectiva Bakhtiniana, a linguagem é aqui entendida como uma prática social dialógica na qual os enunciados estão sempre articulados em ações situadas de pessoas em negociação com outros interlocutores também situados, de modo que a produção de sentidos é sempre um confronto entre diversas vozes (Spink, M.J. e Medrado, 1999). A impossibilidade de neutralidade quanto ao uso de dados científicos como argumento não é resultado de ações péfidas por parte de gestores, mas de posicionamentos cujas condições de produção remetem ao conjunto de repertórios disponíveis.

Cabe então retomar a noção de *posicionamento* definida como um processo discursivo por meio do qual interlocutores se posicionam e são posicionados durante uma dada interação. Os posicionamentos não resultam apenas de uma intencionalidade individual que transcenda o plano da interação, da estratégia e da polêmica. Falar, em nome da ciência ou de qualquer outro saber, é sempre se inserir numa disputa em relação à qual a verdade é um produto e não uma premissa (Spink e Medrado, 1999).

Não objetivamos julgar a veracidade ou falsidade do modo como os dados científicos foram usados pelas pessoas envolvidas na discussão. Numa perspectiva construcionista, verdade e erro são construções historicamente contingentes, portanto, passíveis de estudo, não devendo ser usados como critérios para validação ou avaliação dos conhecimentos produzidos. Esta é, sem dúvida, uma perspectiva relativista, porém tal relativismo não implica considerar que todos os conhecimentos produzidos são igualmente aceitáveis. Consiste, outrossim, em negar que a verdade e o erro transcendem o plano das relações entre pessoas e coisas (Foucault, 1974; Jenkins, 2001; Spink e Frezza, 1999).

Apesar desse artigo estar focalizando a redução de parceiros sexuais, a estratégia de legitimidade centrada no argumento de cientificidade e o obscurecimento de critérios políticos envolvidos não se restringe a este caso. Frequentemente, as decisões sobre a inclusão ou exclusão de determinados dados são apresentadas como neutras, o caráter histórico e acidental das decisões seria obscurecido pela idéia de que o conhecimento científico é neutro e objetivo sendo, portanto, reflexo de uma verdade ou pelo caráter de emergência pública acionado pela identificação de uma epidemia (Krieger, 1992).

Quando uma certa retórica de verdade é questionada

Se nos estudos construcionistas, a des-construção do fato científico como espelho da realidade é uma temática recorrente, na área da saúde no Brasil, principalmente junto às pessoas envolvidas com questões de gestão pública de uma epidemia como a aids, predomina uma retórica da verdade remetida à ciência como esfera de validação última. Retórica da verdade essa que privilegia os conhecimentos biomédicos em detrimento dos demais conhecimentos produzidos. Assim, no que se refere ao conjunto de pesquisas em aids no Brasil, esse artigo defende, simultaneamente, uma postura científica e política uma vez que apesar da grande produção em ciências humanas sobre

aids, o direcionamento das políticas públicas, continua a ser, sobretudo, baseado em dados de cunho epidemiológico, em detrimento dos demais conhecimentos circulantes na área.

Apesar da recorrência da prática argumentativa que justifica das ações de saúde coletiva em aids por meio de alusão à presença de estudos de cunho biomédico que lhe dão sustentação, há alguns momentos críticos nos quais essa lógica argumentativa é perturbada. Nesses momentos, outros conhecimentos provenientes do campo das ciências humanas ou mesmo do ativismo se opõe ao argumento de cientificidade, gerando situações de confronto nas quais se opõem visões diversas acerca da relação entre ciência biomédica e saúde coletiva. Tais momentos de confronto, entretanto, são difíceis de serem localizados, pois em geral, se dão de modo disperso na mídia nacional ou em fóruns fechados como a Comissão Nacional de aids, o que torna difícil uma análise de momentos de uso de dados científicos como argumento em uma situação de controvérsia.

Em junho de 1999, durante o lançamento de mais uma campanha de prevenção ao HIV/aids no Brasil, operou-se um momento ímpar para análise de práticas argumentativas em confronto. De um lado, tínhamos o discurso governamental que oferecia como argumento de legitimidade uma série de artigos de cunho biomédico produzidos em diferentes momentos da história da aids e do outro lado, ativistas que se posicionavam contrariamente tendo em vista questões de ordem ética e conhecimentos produzidos nas ciências humanas e sociais. A contenda se materializou num fórum de discussão criado pelo governo a fim de conduzir a discussão que se estendia em outros espaços sociais, fórum esse que recebeu o sugestivo título “Redução de Parceiros Sexuais: questão moral ou científica?”.

A campanha alvo da celeuma era intitulada *DST: é preciso tratar, é preciso evitar*, na qual constava a recomendação de redução de parceiros sexuais. Logo depois do seu lançamento nacional, o uso da estratégia de redução de parceiros sexuais na prevenção das DST/Aids foi questionado em artigos publicados na mídia de circulação geral³, em reuniões da Comissão Nacional de Aids⁴ (CNAIDS) e no fórum de discussão⁵ criado pela Coordenação nacional de DST/Aids (CN-DST/Aids) e alojado na então *home page* da mesma (<http://www.aids.gov.br>).

O debate em torno da campanha se centrou na legitimidade do uso da estratégia de redução de parceiros sexuais, sobretudo, na prevenção da aids, deixando a discussão sobre DST em segundo plano. Curiosamente, a redução de parceiros sexuais como estratégia de prevenção ao HIV/aids vem sendo alvo de questionamentos desde o início da epidemia, mesmo antes da atribuição de cientificidade ao uso de preservativos de látex que passou a ocupar papel central no direcionamento

³ Como exemplos de matéria publicadas na mídia, pode-se mencionar: *aids e Moral* publicada Jornal do Brasil (03.07.99); *campanha pede redução de parceiros sexuais* publicada no Estado de São Paulo (22.06.99) e *Bate-boca no front* publicada na revista Época (23/07.99), dentre outras. As matérias mencionadas foram obtidas por meio do *Clipping* Associação Brasileira Interdisciplinar de aids (ABIA) localizada no Rio de Janeiro.

⁴ As afirmações estão baseadas nas atas N° 46 relativa a reunião do dia 26/05.99; N° 47 relativa a reunião do dia 28/07.99 e a ata N° 48 relativa ao dia 22/09.99.

⁵ Depois de terminado o trabalho de realização da dissertação de mestrado que deu origem a este artigo, tomei conhecimento de uma série de estudos que vêm sendo feitos no GIRCOM (Grupo Interdisciplinar de Investigación em comunidades virtuales de la UOC) sobre a sociabilidade em espaços virtuais. Destaca-se projeto de pesquisa sobre um fórum de discussão instalado na *homepage* da UO. Para maiores detalhes sobre o projeto consultar a página eletrônica <http://www.uoc.edu/dt/20181/index.html>. Tais estudos se voltam para as características desse tipo de interação mediada o que não foi feito nesse trabalho.

das políticas de prevenção no mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, já em 1983, ativistas e governo mantiveram intenso debate acerca da referida estratégia de prevenção, de um lado, o governo usava como forma de legitimação os dados provenientes dos estudos sobre transmissão de DST entre homossexuais, de outro, ativistas diziam que ter muitos parceiros fazia parte de uma opção sexual e política (Galindo, 2002).

Situamos o fórum de discussão como um *incidente crítico* que faz presente uma determinada forma de argumentação, sem que, no entanto, seja necessariamente representativo. Adotamos como princípio geral que o fórum é *presentativo* em relação ao tema estudado, não nos preocupando com o critério de *representatividade*, pois como escreve Spink, P. (1999), *nenhum [documento, entrevista etc.] é mais representativo do que outro, todos – por existirem num determinado momento – têm uma presença, tornando redundante a própria noção de representatividade* (Spink, P, 1999: 124).

Por *incidentes críticos* entendemos alguns eventos-chave que podem ilustrar aspectos que se deseja investigar, funcionando como possibilidades de micro-análises que permitem entrever processos da construção de sentido sobre um dado fenômeno. A análise de *incidentes críticos* não coincide com o estudo dos grandes eventos ou documentos considerados importantes; pode coincidir com momentos ou documentos que do ponto de vista da história de uma área pareçam mesmo insignificantes, como por exemplo, o fórum de discussão em análise.

Sobre a análise do uso de dados científicos como argumento no fórum de discussão

Compreendemos os movimentos dos dados científicos como *translações*, ou seja, como derivas, deslizamentos, deslocamentos que, dependendo do caso, podem ser ínfimos ou gigantescos em função da ação das pessoas envolvidas no debate. O ato de *transladar* implica em combinar interesses até então divergentes a fim de dar solidez a argumentações que a princípio não tem sua fonte de validade nos dados usados. O modelo de translação foi formulado em oposição ao modelo de difusão no qual a ação humana envolvida na circulação dos fatos científicos é atribuída apenas a alguns poucos cientistas. No modelo de difusão, a sociedade é simplesmente um meio de diferentes resistências percorrido por idéias ou máquinas. É como se as idéias circulassem e tivessem força *per se* independentemente da ação constante de pessoas, por isso, o uso do termo difusão, que diferentemente do termo translação, omite a ação coletiva como força propulsora (Latour, 2001).

Para análise do fórum de discussão, fizemos uso de alguns métodos de organização dos dados desenvolvidos no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas discursivas e Produção de Sentidos PUCSP, com destaque para a linha narrativa (Spink, MJ e Lima, H, 1999). A linha narrativa constitui um esforço de organização dos dados que parte de uma concepção linear do tempo que não faz jus a dinâmica da interação e à construção argumentativa, mas que ao situar cronologicamente (numa linha horizontal), torna visível eventos dialógicos que podem consistir em momentos de análise enquanto linguagem em uso (Spink e Lima, 1999).

A linha narrativa permitiu obter uma ilustração visual que possibilitou identificar cada uma das mensagens trocadas, os participantes envolvidos e, ao mesmo tempo, identificar o fluxo da interação entre os usuários. Na linha narrativa, as mensagens foram agrupadas em sucessão cronológica e categorizadas em períodos determinados em função do tipo de ação dos participantes, consistindo na

organização dos dados que deu origem às análises subseqüentes. Apesar da importância da linha narrativa para a compreensão do corpus, nesse texto centralizamo-nos na discussão das práticas argumentativas, ou seja, nos momentos ativos de uso de dados científicos como argumento.

Além da linha narrativa, fizemos uso de reticulações de bibliografia, técnica que se baseia na concepção da bibliografia como uma rede de recursos de legitimação dos argumentos presentes em um texto científico, daí o uso do termo *reticulada* que significa aquilo que tem linhas e nervuras entrecortadas como uma rede ou algo ao qual se aplica a forma de rede. Consiste na identificação e sistematização das referências bibliográficas presentes em um dado texto científico em relação a um determinado tópico. No caso desse trabalho, aplicamos o recurso aos textos científicos usados como argumento ao longo do fórum de discussão.

Por meio da reticulação de bibliografia foi possível observar os movimentos dos dados científicos ao longo do debate e, por meio da composição de uma linha narrativa foi possível identificar e analisar momentos ativos de uso desses mesmos dados científicos em situações de negociação de sentidos entre participantes do fórum.

Movimentos dos dados científicos durante o fórum de discussão

Ao longo do fórum de discussão foram trocadas dezenove mensagens postadas por treze usuários diferentes, entretanto, não foi possível ter informações sobre a quantidade de pessoas que acessou as mensagens trocadas, pois não havia registro do número de acesso por outros usuários do fórum que não tenham postado mensagens. O fórum era moderado por um técnico responsável pela assessoria de informática da CN-DST/aids que tinha a função de autorizar as inscrições, efetuar esclarecimentos e funcionar como um dos porta-vozes da CN-DST/aids, respondendo, por exemplo, a solicitações de material bibliográfico.

Todas as mensagens enviadas pelos usuários se tornavam de acesso livre a todos os demais, não podendo haver trocas de mensagens sem conhecimento público de todos os participantes interessados. Enviada uma mensagem, o conteúdo contido no item *subject* era logo convertido em um tópico sobre o qual outros usuários poderiam fazer intervenções. Isto resultou na criação de um conjunto de mensagens agrupadas por tópicos convertidos em pequenos *links* de acesso às mensagens nele agrupadas.

O fórum possibilitava que a pessoa, uma vez inscrita, pudesse navegar de várias formas. O usuário podia selecionar as mensagens a serem lidas, escolher a ordem de leitura ou mesmo não lê-las e apenas enviar uma nova mensagem. Desse modo, deve-se ter em conta que um interlocutor poderia escrever sua intervenção sem ler todas demais ou depois de ter lido apenas aquelas que considerava de interesse.

Os usuários privilegiaram a abertura de novos tópicos, ao invés de usarem a modalidade de resposta a tópicos pré-existentes, posto que apenas três tópicos contiveram duas mensagens, de modo que os diálogos entre participantes só puderam ser identificados por meio da linha narrativa. Mesmo intervenções caracterizadas como diálogos diretos entre dois interlocutores figuravam como tópicos diversos. Para efeito de análise, cada participante do fórum foi nomeado em função da ordem de

envio das mensagens, sendo omitidos seus nomes reais então visíveis no cabeçalho das mensagens enviadas.

Sendo o nosso foco de interesse entender o uso de dados científicos como argumento, classificamos as ações dos participantes em função da recorrência ou não a textos científicos, assim, identificamos o uso de três estratégias: 1) busca de aliados externos no contexto científico e/ou midiático; 2) crítica endógena caracterizada por comentários nos quais não era feita referência a aliados externos e 3) produção de documento técnico com base em pesquisa definida como científica.

Nas intervenções feitas durante o fórum de discussão, o único argumento a favor do uso da estratégia de redução de parceiros sexuais, defendido pelos porta-vozes da CN - DST/aids, consistiu na reiteração da comprovação científica da mensagem. Argumentação esta que é semelhante àquela encontrada no *release* lançado pela Coordenação Nacional de DST/Aids em 20/05/99, documento este enviado para a mídia a fim de servir como pauta para matérias posteriores. Veja-se trecho do *release*:

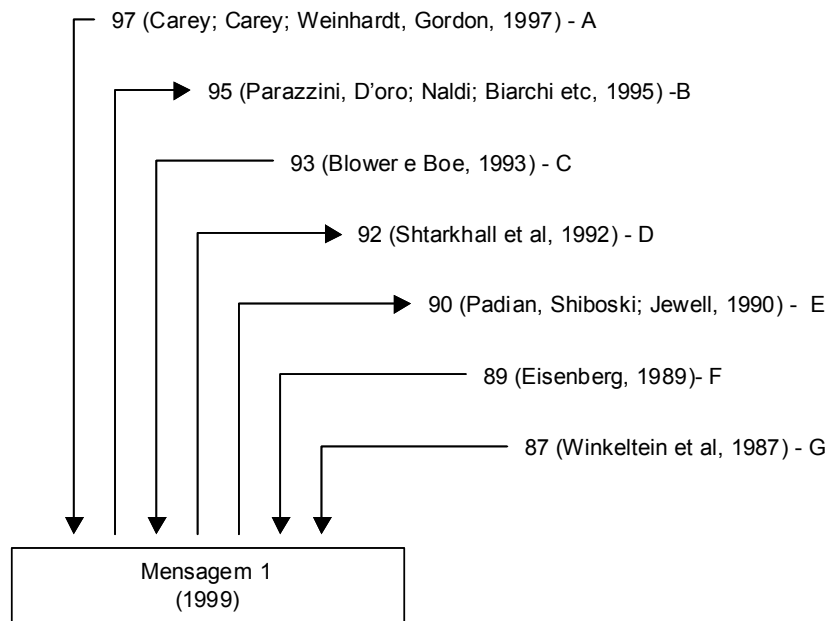
(...) O que mais chama a atenção nas duas peças é o MS recomendar a redução de parceiros como forma de prevenção. Para o Coordenador Nacional de DST e Aids, Pedro Chequer, a redução de parceiros é um dado científico que precisa ser enfatizado. **O uso do preservativo nas relações sexuais, a redução de parceiros e o adiamento da primeira relação sexual são métodos cientificamente respaldados para redução da transmissão sexual do HIV e das DST** [grifo nosso]. O problema da Aids será resolvido quando cada cidadão assumir seu papel e responsabilidade.

O mesmo argumento se repetiu em matéria publicada no Jornal *O Estado de São Paulo*, de 22 de junho de 1999⁶. Nesta, o então coordenador da CN-DST/Aids é novamente trazido como porta-voz em defesa do uso da estratégia e reitera ser obrigação do Estado “informar sobre alternativas cientificamente comprovadas e deixar que a pessoas escolha”. Veja-se trecho da matéria:

Não nos importa se vão nos chamar de moralistas. É o momento de ampliar o leque de informações e oferecer opções ao cidadão. O governo tem a obrigação de informar sobre alternativas cientificamente comprovadas e deixar que a pessoas escolha. É recomendação do Programa das Nações Unidas contra a Aids usar o preservativo e evitar a multiplicidade de parceiros. Na verdade, o que se quer pouco a pouco, é uma geração em que o uso da camisinha e a escolha do parceiro sejam um valor (Estado de São Paulo, 1999).

A cientificidade da estratégia foi reafirmada quando da abertura do fórum de discussão. Na primeira mensagem, a CN DST/aids forneceu um conjunto de sete textos de cunho epidemiológico com o objetivo de subsidiar a discussão com base em argumentação científica. Chama a atenção que não tenham sido apresentados textos produzidos nas ciências humanas e sociais. Dos textos mencionados, quatro deles corroboravam a tese defendida e três não apresentavam evidências que apontassem para a correlação entre número de parceiros sexuais e transmissão de HIV. O quadro 1 apresenta o conjunto de textos mencionados, onde as setas que apontam para o quadrado corroboram a tese e aquelas que estão apontadas para cima negam ou não a confirmam.

⁶ Matéria selecionada no *Clipping* ABIA.



Quadro 1 - Bibliografia reticulada da Mensagem *Material bibliográfico para suporte da discussão*

Logo depois da disponibilização dos artigos epidemiológicos, um dos participantes solicitou acesso à bibliografia nacional e internacional sobre redução de parceiros sexuais como estratégia preventiva, fazendo alusão a trabalhos realizados pela Universidade São Francisco, mencionados na matéria *Aids: Saúde Pública e Moral* publicada no Jornal *O Globo*. Na referida matéria, os textos publicados pela universidade de São Francisco foram usados para refutar a validade da abstinência sexual como estratégia de prevenção e para reforçar o uso do preservativo. Apesar da especificidade do pedido do participante, a resposta enviada pelo moderador da lista de discussão foi sugerir que este consultasse a bibliografia mencionada na mensagem de abertura do fórum.

Depois dessa troca de mensagens, um terceiro participante, no mesmo dia 04/08, numa nova mensagem intitulada *Múltiplas parcerias: evidências científicas I* disponibilizou um texto de sua autoria sobre a cientificidade da proposição de redução de parceiros sexuais. Esse texto foi apresentado como um *documento da CN DST/aids*; ou seja, o autor se posicionou como um porta-voz da instituição. No artigo, intitulado *Número de parceiros sexuais e 'risco' de infecção pelo HIV: a matemática não foi banida* foram feitas apenas duas menções explícitas a textos externos publicados em 1982 e 1983, anos anteriores à atribuição da etiologia viral da aids. Eram textos que não apresentavam, portanto, argumentação baseada na transmissão de HIV uma vez que este sequer havia sido identificado. O mesmo participante em seguida, forneceu novo texto de sua autoria, anteriormente publicado no periódico *Boletim pela Vida*, no qual apenas um dos textos presentes na bibliografia não havia sido mencionado no conjunto de artigos fornecidos quando da mensagem de abertura do fórum de discussão.

A polêmica quanto à validade ou não da estratégia de prevenção persistiu, sendo enviadas quatro mensagens subseqüentes que solicitavam uma matéria publicada na mídia. Em seguida, um dos participantes contrários ao uso da estratégia de prevenção, propôs que a CN-DST/Aids realizasse uma pesquisa junto às organizações não governamentais e governamentais que desenvolviam trabalhos de prevenção da aids com vistas a obter dados sobre quatro pontos: 1) produção de materiais educacionais/instrucionais pelas instituições; 2) presença da estratégia de redução de

parceiros sexuais nos materiais produzidos pela instituição; 3) eficiência da estratégia e 4) inclusão/exclusão da sugestão de redução do *número de parceiros sexuais* em campanhas de massa⁷. Escrevia ele:

Considerando que a cultura sexual brasileira é bastante diversificada e heterogênea, e que as centenas de ONG/aids espalhadas pelo país a fora refletem esta mesma pluralidade ideológica, a partir da leitura dos textos incluídos nesta página de discussão, ratifico minha sugestão inicial de que seja enviado um questionário a todas as ONG e Ogs que trabalham com a prevenção de DST/Aids com as seguintes questões(...) (P10, interv. 13)

De acordo com o solicitante, a elaboração do documento permitiria que a discussão estivesse pautada em “dados concretos”. Como escreveu ao final da mensagem:

(...) A meu ver tais dados poderiam nos auxiliar em muito a discutirmos esta polêmica questão com base em dados concretos (P10, interv. 13).

Três dias depois, o então coordenador da CN DST/aids, respondeu afirmativamente à proposta, fazendo algumas mudanças no que concerne às questões abordadas, à amostra e ao método de coleta dos dados. No plano das questões trabalhadas, houve uma ampliação das mesmas, o mesmo acontecendo com a amostra que passou a incluir os centros de referência de vários estados conveniados à CN DST/aids. Quanto ao método, o envio de questionários foi substituído pela realização de *telemarketing* ativo. Escreveu o coordenador da CN-DST/Aids:

Analisando a proposta apresentada pelo P10, consideramo-la pertinente e oportuna. Algumas modificações foram feitas no questionário, com vistas ao seu aprofundamento, respeitando-se a proposta original. Decidimos ampliar o universo de consulta, incluindo estados e municípios conveniados com o MS (...). A pesquisa será realizada por esta Coordenação, por meio de sua assessoria de Monitoramento de Práticas Sociais, utilizando o processo de telemarketing ativo. (P1, interv. 14).

Enunciada a aceitação da proposta, o porta-voz governamental reafirmou a necessidade de que o debate prosseguisse se pautando no plano dos conhecimentos e das idéias de acordo com princípios científicos e de forma ética, com respeito à diversidade. Depois da divulgação dessas duas mensagens, não houve qualquer outra menção à pesquisa realizada. Os resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos na reunião da Comissão Nacional de Aids realizada no dia 22/09. Depois disso, o documento de pesquisa manteve-se disponível na *home-page* da CN-DST/Aids até a primeira semana de setembro quando a *home-page* foi reformulada.

A leitura do documento de pesquisa deixa evidente a reiteração da base científica como critério de legitimidade para a adoção da estratégia de redução de parceiros sexuais que vimos estar presente no fórum de discussão e no *release* de lançamento da campanha. Aos dados epidemiológicos, o documento de pesquisa acrescenta o critério concordância das instituições pesquisadas em relação ao uso da estratégia, Veja-se trecho contido na conclusão do referido documento:

⁷ P10 propôs, inclusive, um roteiro de três questões a serem tabuladas e divulgadas pela CN - DST/Aids.

A maioria das instituições concordou com a estratégia do Ministério da Saúde em utilizar entre as medidas preventivas para as DST/Aids a redução de parceiros sexuais simultaneamente à orientação de sexo seguro, contudo essa estratégia não deve representar a base fundamental das medidas preventivas (CN-DST/Aids, 2000: 3).

Assim, o documento de pesquisa texto apontava para a dissolução de uma possível tensão entre a tese defendida pelo Ministério da Saúde e as organizações que trabalham com prevenção da aids. Mais do que isso, o texto foi finalizado com a menção à aprovação da estratégia pela Comissão Nacional de aids, entidade que representa a sociedade civil junto a CN-DST/Aids. Uma vez que as ONG concordavam e que a estratégia era científica, deveria continuar constando como uma diretriz na política pública direcionada ao controle e prevenção da aids - as argumentações feitas durante o fórum pelos opositores não foram sequer mencionadas no documento⁸.

Até o final do fórum, os participantes enviaram mais quatro mensagens, das quais, duas delas consistiram numa discussão entre dois interlocutores acerca de um mesmo estudo científico e, por fim, as duas últimas mensagens criticavam o uso da mensagem, sendo disponibilizados nas últimas mais dois textos: um artigo publicado simultaneamente no mesmo periódico que o texto apresentado na mensagem *I Evidências Científicas* e um outro artigo intitulado *Aids: Saúde Pública e Moral*, publicado no Jornal *O Globo*. Além disso, essa última mensagem voltou a questionar alguns dos estudos mencionados como referências pela CN-DST/Aids durante a abertura do fórum de discussão.

Chama atenção a pluralidade de argumentos contrários ao uso da estratégia em detrimento da menor variação dos argumentos favoráveis que consistiram apenas em afirmar a sua cientificidade. Os argumentos contrários mais freqüentes foram: 1) incompatibilidade entre recomendar a redução de parceiros sexuais e incentivar o uso de preservativos; 2) reduzir parceiros feriria a autonomia das pessoas e 3) questionamento do caráter técnico da escolha da mensagem que seria, outrossim, uma escolha moral, política ou preconceituosa. Apesar da variabilidade de argumentos contrários, estes não tiveram a mesma força persuasiva que os dados epidemiológicos que continuaram sendo o foco de defesa de uso da estratégia e dos debates mais acirrados entre interlocutores.

Momento de uso de dado científicos por dois participantes em oposição

Nesse segmento, analisamos a contraposição do uso antagônico de um mesmo dado científico por dois participantes, um primeiro que defendia o uso da estratégia nomeado como P8 e um segundo que a contestava nomeado como P4. No diálogo a seguir, os dois participante em discordância se concentram em discutir a possível cientificidade de um estudo científico publicado em 1983. O estudo em questão consiste na publicação dos resultados epidemiológicos finais do primeiro estudo de caso-controle significativo realizado nos EUA (Oppenheimer, 1989, Grmek, 1990). Trata-se do estudo *National Case-control Study of Kaposi's Sarcoma and Pneumocystis Carinii Pneumonia in*

⁸ Apesar de não termos utilizado as atas da CNAIDS como objeto de análise, vale salientar que a intensa discussão fomentada nesta também não foi mencionada no documento de pesquisa.

*Homosexual Men: Part 1. Epidemiologic Results*⁹, realizado por Jaffe e colaboradores entre os anos de 1981 e 1983¹⁰.

P8 a fim de defender o uso da estratégia de redução de parceiros, lançou no fórum um texto que continha duas páginas, sendo dividido em quatro segmentos intitulados: 1) À guisa de prolegômenos; 2) Evidências epidemiológicas; 3) Suporte teórico: a distribuição geométrica e 4) A título de finalização. O estudo de caso-controle foi trazido no segmento *Evidências epidemiológicas* sob o argumento de que se sabia que o número de parceiros era um fator de risco para aids mesmo antes de identificar o HIV e mesmo antes da existência da nomeação AIDS. Escrevia-se:

O primeiro estudo visando identificar os fatores de risco da aids (vale lembrar que, na época o agente etiológico não era conhecido, e sequer o termo aids havia sido proposto, como pode ser compreendido no título) já apontava o '*número de parceiros sexuais por ano*' como uma das variáveis associadas, significativamente, com sarcoma de Kaposi e pneumonia por *Pneumocystis Carinii* (P8; interv. 7).

P8, acompanhado de um co-autor, defendia que o número de parceiros sexuais estava fortemente associado à transmissão do HIV e que as decisões epidemiológicas e matemáticas deveriam ser aplicadas a quaisquer contextos. Escreviam como finalização no último segmento do artigo:

Vale dizer que as decisões matemáticas e epidemiológicas, aqui feitas, são válidas tanto em uma consulta particular, em um grupo focal, em uma 'sessão de aconselhamento', quanto em uma final de Copa do Mundo, no Maracanã, entre Argentina e Brasil (aí o difícil é estipular um valor para p = probabilidade de cada time ser vencedor....; mas neste caso, a distribuição de probabilidade e o ufanismos são outros!). Por outro lado, a escolha do melhor *setting* para sua discussão é uma questão de opinião (P8; interv. 7).

No dia nove de setembro, P4 escreveu uma mensagem divulgada como resposta àquela escrita por P8. A mensagem foi iniciada argumentando que a *vida* estaria *além* da matemática. Escrevia-se:

Com relação ao artigo sobre redução de parceiros e matemática, sem dúvida, temos que reconhecer que as ponderações epidemiológicas apresentadas são irrefutáveis, pelo menos enquanto tratado teórico.

Conforme a equação que nos foi dada a conhecer, a probabilidade de transmissão do HIV está intimamente relacionada ao número e parceiros e/ou relações sexuais

⁹ O estudo foi publicado, em 1983 no periódico *Annals of Internal Medicine*. 99 (2): 145-151

¹⁰ O estudo foi planejado em outubro de 1981, ano no qual a aids ainda não havia sido assim classificada e nem a hipótese viral ocupava o lugar de destaque na narrativa sobre a epidemia. Os seus resultados foram publicados em 1983, ano qual o acrônimo *AIDS* já houvera sido criado, bem como crescia o consenso sobre a etiologia viral da doença. Assim, os autores se encontravam frente um problema: tornar os dados publicados legítimos. O intervalo de tempo entre a confecção dos instrumentos de coleta e a publicação de dados, apesar de pequeno - dois anos - representou um período caracterizado pelo progressivo consenso sobre a etiologia viral da doença. Como já enunciado, quando o estudo teve início, tratava-se de estudar ocorrências de SK e PCP, quando os resultados foram publicados, o acrônimo *AIDS* já predominava, bem como crescia o consenso sobre uma possível etiologia viral. Tornar o dados legítimos significava deslocá-los para um novo regime de verdade governado pela ação de um ente viral (Galindo, 2002).

praticadas, porém não podemos esquecer que a matéria vida está para além da matemática embora não a negue (P4; interv. 15).

Logo em seguida, P4 questionou o uso do estudo nacional de caso-controle como evidência, remetendo-o às suas condições de produção, nesse caso, à sua elaboração anterior ao aumento do uso do preservativo. Veja-se texto:

No artigo de 1983 citado como base de sustentação temporal da problemática apresentada é importante ressaltar o contexto no qual ele foi escrito. Naquela época, o uso do preservativo era infinitamente menor do que se constata hoje, mesmo reconhecendo que estamos ainda longe do ideal. (...) (P4, interv.15).

Ao contrapormos as duas qualificações feitas do mesmo estudo científico, vimos que, no primeiro documento analisado, o estudo é trazido como um fato, enquanto no segundo documento, este estudo tem seu caráter de evidência questionado. Cada um dos usuários tem pressupostos diferentes: o primeiro parte do pressuposto de que os dados epidemiológicos e matemáticos são os principais critérios a serem considerados e o segundo parte do pressuposto de que os critérios apresentados pelo primeiro, quando usados isoladamente, são insuficientes para a compreender o que denomina *vida*.

Um mesmo estudo apresentado como comprovação da legitimidade de uma dada medida por um participante é questionado por um outro. Esse é um evento típico do cotidiano da prática científica, mas em relação ao qual pouco se presta atenção quando se trata de discutir a legitimidade de uma medida de prevenção. A legitimação da referida medida acontece no plano das relações entre as pessoas envolvidas, de modo que o atributo *científico* ao invés de ser considerado como apriorístico deve ser considerado como resultado vinculado a argumentações inscritas em relações assimétricas de poder.

A análise do fórum de discussão e dos usos diferenciados de um mesmo estudo apresentada nesse segmento evidencia que é necessário dirigir a atenção para os processos de negociação entre as pessoas para a dialogia. Em outras palavras, dirigir a atenção para o conjunto de vozes presentes nos processos de discussão sobre a legitimidade de uma dada medida de prevenção.

É no conjunto de vozes em confronto e objetos mobilizados que as argumentações sobre validade e legitimidade das medidas de prevenção, como vimos, foram elaboradas. Caso assumíssemos que a legitimidade da estratégia de redução de parceiros sexuais depende apenas de sua cientificidade, teríamos que decidir qual dos dois participantes está correto. Teríamos que dizer qual dos dois usou adequadamente os dados científicos. Propomos que este caminho analítico não dá conta da complexidade da questão abordada, fazê-lo significa em incorrer na mesma prática argumentativa que estamos questionando nesse artigo.

Destaca-se no diálogo entre esses dois interlocutores a impossibilidade de uma negociação de sentidos que tome os conhecimentos provenientes da Epidemiologia e de outras áreas de saber como possuindo um mesmo poder performativo na formulação de uma política pública em aids, tópico esse que exploraremos nas nossas últimas considerações .

Considerações finais

O fórum de discussão se caracteriza como uma situação argumentativa que inviabiliza o diálogo entre saberes diferentes produzidos no cotidiano da epidemia de aids. Mesmo os interlocutores que se posicionam contrariamente ao uso da estratégia e que apresentam uma pluralidade de argumentos não conseguem fazer com que a discussão se desvie da centralidade da comprovação epidemiológica como prova da cientificidade da estratégia. É como se a todo o momento fosse reforçado o próprio título conferido ao fórum “Redução de Parceiros sexuais: questão moral ou científica?” o qual aponta que salvo o horizonte de cientificidade, resta às demais argumentações se restringirem apenas ao plano da moral, termo carregado de conotações negativas.

No diálogo travado o atributo de cientificidade coincidiu fundamentalmente em apresentar dados epidemiológicos, de modo que no tocante a pesquisas não estritamente epidemiológicas, foi feita alusão apenas a “alguns estudos que vinham sendo realizados pelo centro de prevenção em São Francisco”, os quais não chegaram sequer a ser explicitados. Quando participantes visavam refutar a validade da estratégia de redução de parceiros sexuais, fizeram-no apoiando-se em artigos publicados na mídia ou analisando algum dos artigos epidemiológicos fornecidos pela Coordenação Nacional de DST/aids exibindo possíveis falhas nos procedimentos ou aspectos contextuais da sua produção.

O uso de dados científicos ao longo do fórum se caracteriza pela priorização do atributo de cientificidade e o obscurecimento da ação dos demais critérios também envolvidos; privilégio dos conhecimentos epidemiológicos em detrimento dos demais conhecimentos produzidos no cotidiano do trabalho em aids e naturalização dos conhecimentos científicos como verdades. O fórum de discussão que a princípio poderia ter consistido em um espaço para negociação e construção de novos sentidos em relação ao debate sobre redução de parceiros sexuais, terminou reafirmando o difícil diálogo entre saberes disciplinares diversos no contexto decisório relativo a uma medida de saúde coletiva.

Em sua maioria as pessoas que participaram do debate sobre o uso da estratégia de *redução de parceiros sexuais* e as pessoas envolvidas na CN-DST/Aids são ativistas da área da aids. Assim, não nos cabe atribuir atos de má fé ou ingenuidade a essas pessoas, mas refletir sobre a lógica da argumentação que enunciaram e que outros poderiam, de modo semelhante, enunciar posto que as posições de enunciação integram a história da atuação dos gestores de saúde na área de aids, a exemplo do privilégio atribuído aos conhecimentos biomédicos em relação aos demais conhecimentos circulantes na área.

À medida que a epidemia de aids foi concebida, em seu início e até bem recentemente, como um problema de saúde pública, as políticas públicas foram formuladas tomando como base o arsenal de conhecimentos produzidos, sobretudo, pela Epidemiologia (Mattos, 1999). Conhecimentos epidemiológicos estes que foram mudando ao longo da história da epidemia variando desde a adoção de um modelo pluricausal baseado na ação de diversos fatores de risco a um modelo unicausal baseado na ação de um vírus. O problema do uso prioritário de dados científicos como justificação não está na validade dos dados apresentados pelos interlocutores, mas na priorização de um critério e no obscurecimento da ação dos demais critérios também envolvidos. Termina-se por *naturalizar* um processo que se dá como construção de sentido no plano da ação social.

Além disso, quando grupos em argumentação fazem uso de dados científicos estes não estão fazendo uso de noções produzidas *dentro* da ciência e que são conduzidas para *fora* da mesma. Esse *lá fora* é inexistente, à medida que constitui parte do *dentro*; a ciência não se faz apenas nos laboratórios, universidades, ou seja, entre *pares*. Classificar um dado conhecimento como científico é fruto de um conjunto de práticas coletivas, sendo composto por várias conexões que adquirem estabilidade (Latour, 2000). Se remontarmos à história da epidemia de aids no mundo, vemos que o surgimento da variável número de parceiros sexuais como fator de risco para aids está intimamente relacionado às demandas na área de saúde pública, estando sujeito às mesmas vicissitudes sociais que os demais conhecimentos.

A reflexão aqui realizada aponta para a necessidade de composição de novas alianças entre conhecimentos epidemiológicos e conhecimentos de outra natureza quando da justificação de medidas de saúde coletiva em aids no plano macro das políticas públicas e no plano micro dos processos de intervenção cotidiana junto a populações específicas, o que parece já ser consensual entre os especialistas da área.

Argumentar que uma dada medida de prevenção deve ser adotada porque é científica traz subjacente um certo modo de conceber a ciência: saber neutro e isento de *contaminações sociais*. Trata-se de evocar a autoridade do texto e da natureza vista por meio das palavras. Tal forma de argumentar coloca o texto científico como testemunha: ele enuncia o que é verdadeiro e o que é falso. Traz também um certo modo de conceber políticas públicas, vistas como aplicação de procedimentos considerados num dado momento como científicos.

Referencias

- Bakhtin, M. (1999) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bonciani, R. (2001). *Morte por aids ou morte materna: a classificação da mortalidade como prática social*. São Paulo. Dissertação (Mestrado). Departamento de Prática de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2001.
- Camargo-jr, K. (1992) Medicina, Medicalização e Produção Simbólica. In: *Saúde e Comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.
- Castro, C. (2001) *Os sentidos da maternidade: para gestantes e puérperas vivendo com HIV*. Dissertação (Mestrado). Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Foucault, M. (1972) *A Mudança e as Transformações*. In: *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Foucault, M. (2001) *A Verdade as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU.
- Íñiguez, L. (2002) La Psicología Social de la Ciencia: revisión y discusión de una nueva area de investigación. *Anales de Psicología*,(18)1: 13-43.
- Jenkins, K. (2001) *A História Repensada*. São Paulo: Conexão.
- Krieger, N. (1992) The making of public health data: paradigms, politics, and policy. *Journal of Public Health Policy*,13.

- Krieger, N. (1994) Epidemiology and the web of causation: has anyone seen the spider? *Soc. Sci. Med*, (39)7.
- Latour, B. (2000) *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- Latour, B. (2001) *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC.
- Mattos, R. (1999) Sobre os limites e as possibilidades dos estudos acerca dos impactos das políticas públicas relativas à epidemia de HIV/AIDS: algumas reflexões metodológicas feitas a partir do caso brasileiro. In: *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: ed. 34.
- Patton, C. (1990) *Inventing aids*. Nova York: Routledge.
- Potter, J. (1996) Estudios Sociales de la Ciencia. In: *La Re-presentación de la realidad: discurso, retórica y construcción social*. Barcelona: Paidós.
- Spink, M. J. et al (1999) *Práticas Discursivas e Produção de Sentido: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez
- Spink, M. J. e Lima, H. (1999). Rigor e Visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: M. J. Spink et al. *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. e Frezza, R. (1999) Práticas Discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: : M. J. Spink et al. *Práticas Discursivas e Produção de Sentido: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: ed. Cortez
- Spink, M. J. e Medrado, B. (1999) Produção de Sentidos no cotidiano: um abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: : M. J. Spink et al. *Práticas Discursivas e Produção de Sentido: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: ed. Cortez
- Spink, P. (1999) Análise de Documentos de Domínio Público. In: : M. J. Spink et al. *Práticas Discursivas e Produção de Sentido: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: ed. Cortez.

Historia editorial

Recibido: 21 de mayo de 2003.

1ª revisión: 27 de octubre de 2003.

Aceptación definitiva: 28 de octubre de 2003.

Formato de citación

Galindo, D. (2003). School success of Moroccan youth in Barcelona. Theoretical insights for practical questions. *Athenea Digital*, 4. Referencia. Disponible en <http://antalya.uab.es/athenea/num4/galindo.pdf>